Cadernos Teologia Pública

JESUÍTAS

Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben

Joel Decothé Junior

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XV • número 130 • volume 15 • 2018

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben

Genealogical displacements of theological economics according to Agamben

Resumo

Este artigo busca realizar uma breve análise exegética da proposta de Giorgio Agamben sobre os fundamentos dos deslocamentos genealógicos da economia teológica no Ocidente. Neste sentido, buscamos examinar as bases daquilo que seja considerado como o modelo da economia teológica em termos de paradigma governamental da noção de secularidade. Em seguida, fazemos uma leitura sobre o sentido político desta genealogia teológica, traçando um exame de alguns elementos que a compõem. Por fim, empreendemos a abordagem da noção de economia teológica em seu entrelaçamento com a operatividade da máquina de governo e providência na gestão da vida e das coisas em sua função econômica.

Palavras-Chave: Perspectiva; Exegese; Genealogia; Economia; Teologia.

Abstract

This article seeks to perform a brief analysis of the motion of exegetical Giorgio Agamben on the foundations of the herd of theological economy offsets in the west. In this sense, we seek to examine the foundations of what is regarded as the theological economy model in terms of government paradigm of the concept of secularity. Then we do a reading on the political meaning of this theological genealogy, tracing a few elements that compose it. finally, we approach the notion of theological economics in your entanglement with the operations of government and in the management of life and things in your economic function..

Keywords: Perspective; Exegesis; Genealogy; Economy; Theology.

Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben

Joel Decothé Junior
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*
Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos
Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*
Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública
Ano XV – Vol. 15 – Nº 130 – 2018
ISSN 1807-0590 (impresso)
ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris--Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teológos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Rafael Francisco Hiller.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- .

v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.
As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública:
Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben

Joel Decothé Junior[1]
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia
pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

1. O modelo da economia teológica como governamentalidade secular

Giorgio Agamben em seu livro *O reino e a glória* aborda com um olhar atento a ideia da secularização dos múltiplos conceitos teológicos. Estes foram sendo reconfigurados ao longo da era moderna como conceitos eminentemente de ordem política. Sendo assim, a noção de secularização em Agamben denota que tal teoria foi utilizada como um vetor efetivamente importante no âmbito da malha cultural moderna. Neste sentido, temos que levar em consideração as reflexões de Max Weber que foram empreendidas diante da noção do significado da perda de forças da religião na esfera pública moderna, que viveu um processo de desencantamento do mundo onde ocorreu "a passagem de um modelo de religião 'mágico-ritualista' à

1 Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Especialização em Teologia luterana pelas Faculdades EST. Licenciado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bacharel em Teologia pelas Faculdades EST. E-mail: joeldecothe@yahoo.com.br/Telefone: 99757-3512.

'religião ético-religiosa'" (SILVA, 2013, p. 11). Logo, a categoria da secularização é usualmente entendida no clássico sentido de litígio entre as verdades políticas e teológicas que se deu ao longo da história da cultura forjada na modernidade. Aqui temos as problemáticas referentes à distinção entre aquilo que seria da alçada estatal e eclesiástica, de modo que esta postura surge como a motivadora visão de mundo iluminista que fez uma apologética firme em torno da laicidade estatal e da liberdade de consciência religiosa. Quando lemos a obra de Agamben podemos perceber que a postura adotada pelo filósofo italiano é contrária à noção weberiana, pois ele se filia à tradição da teologia política forjada por Carl Schmitt. Em Agamben, sobretudo, existe "uma relação estratégica particular, que marca os conceitos políticos, remetendo-os à sua origem teológica. A secularização não é, pois, um conceito, mas uma *assinatura*" (AGAMBEN, 2011, p. 16).

Em todo caso, vemos Agamben seguir os passos de Schmitt, pois aqui a noção de secularização não se fundamenta na ideia de uma desteologização do mundo moderno, porém o que se deseja é elaborar uma teoria política que elucide como os elementos teológicos foram, no decurso da era moderna, se secularizando no sentido de deixar o espaço religioso de sentido para adentrar na arena do mundo político racionalizado. Para uma gama de teólogos, filósofos, sociólogos e historiadores, a tradição judaico-cristã exerce grande influência neste processo de contribuição na secularização de conceitos teológicos. Decerto, "nesta corrente, enfatiza-se o fato de a criação '*ex nihilo*' ser distinta das cosmogonias míticas e filosóficas clássicas e ter processado uma diferença essencial entre Deus e o mundo, mudança que, ironicamente, irá potencializar a dessacralização do cosmos" (CATROGA, 2010, p. 18-20). É com a noção de teologia política que esta argumentação tenta explicitar o que seja moderno, sendo este âmbito de investigação que joga luz sobre as bases teológicas das configurações da política exercitada pelos modernos. Isto se processa, mesmo diante da metafórica e pessimista teoria weberiana da secularização quando Weber fala do "futuro cultural como uma jaula de ferro e uma casa da servidão" (KALBERG, 2010, p. 162). Agamben se dedica a investigar a noção de secularização na perspectiva de não ser definida como uma desconstrução de todo e qualquer tipo de sentido no que se refere ao fator teológico na ordem do que seja político e moral na malha social moderna, mas o que para ele teria acontecido foi uma gama de mutações em série que envolvem formas de sacralização inseridas no cerne do pensamento político-cultural do mundo latino desde a sua gênese cultural.

Esta noção de deslocamento de modelos políticos em termos de transferência do sagrado para o profano, que confere novo sentido ao velho sagrado, tem um ótimo exemplo na figura do poder estatal que em seu périplo sofreu uma gama contínua de mutações sacralizantes. Isto é algo que para Agamben denota a noção de assinatura da teodiceia abrangente da tradição judaico-cristã, mesmo que tal postura tenha ocorrido em uma esfera fundamentalmente secularizada. Vários pensadores que seguem a linha weberiana postulam que ainda estamos vivendo o processo de desencantamento e racionalização paulatina do mundo. Claro que para muitos outros isto é algo que não confere com a atual presença da religião na esfera pública política, onde vemos as disputas políticas entre as visões de mundo religiosas com o próprio erguimento da postura fundamentalista cristã, islamita e judaica em voga. Temos que levar em consideração ainda as questões legais que se avultam entre os princípios democráticos liberais de Estado e instituições religiosas, que envolvem temas como o aborto, casamento homoafetivo, eutanásia, entre outros temas polêmicos. Logo, o que temos em curso é um projeto político moderno com inspiração iluminista que busca implementar "práticas políticas e científicas que demonstram, emblematicamente, esse movimento de preparação e consolidação da modernidade" (PASSOS, 2010, p. 53). Em Agamben, o tema é encarado como uma assinatura teológica que se faz presente em dadas noções políticas modernas que, num primeiro momento, parecem não ter qualquer relação com a teologia.

Neste sentido, temos como caso paradigmático a genealogia da economia e do governo, onde Agamben demonstra com solidez as matrizes teológicas presentes na transição da era antiga para a medieval até a moderna. Desta trama arqueogenealógica surge este paradigma biopolítico de gestão da vida humana e das coisas. Segundo Agamben, o termo economia tem a sua raiz teológica que historicamente antecede a malha estrutural de gestão efetivada pela moderna administração pública estatal. O que se percebe é que aconteceu uma transposição de conteúdos advindos da esfera religiosa, para a imanência do mundo profano sendo algo que coloca em suspenso qualquer espécie de originalidade ostentada pelos modernos em termos conceituais quando pensamos em termos de categorias políticas. Logo, os modernos são "reduzidos à condição de herdeiros, não obstante as suas ilusões de autofundação" (CATROGA, 2010, p. 17-18). Assim, a genealogia da economia e do governo agambeniana mergulha nestes meandros em busca de uma conceitualização da própria noção de economia, sem ignorar a relevância da teologia como

um fator metodológico para o empreendimento deste ensaio investigativo sobre a trajetória teológico-genealógica da economia entre o espaço do sagrado e a imanência tópica do profano.

2. Sobre o sentido político da genealogia da economia teológica

No universo social dos antigos, a noção distinta entre aquilo que pertencia ao público e ao privado se erguia como peça substantiva para definir as questões de critérios éticos e políticos da vida das pessoas, seja isto analisado desde o ponto de vista dos gregos ou dos romanos. De modo que tanto o social como o privado foram ganhando contornos fluídicos, sendo isto algo que gerou a "transformação do interesse privado pela propriedade privada em uma preocupação pública" (ARENDT, 2010, p. 83). A distinção existente entre estas duas esferas de poder tinha se tornado algo muito relevante, haja vista a crítica que o próprio Aristóteles faz ao seu mestre Platão que consistia na postura monista que este ostentava em relação à vida dos cidadãos na cidade; isto era algo que para Aristóteles oferecia o risco de tornar a publicidade da cidade uma espécie de privacidade da casa domesticada quando "Sócrates parece converter a cidade (pluralidade) em casa ou homem (unidade)" (BITTAR, 2003, p. 1198). A casa privada expressa a noção de uma economia, como algo oposto, diametralmente, à concepção de política que estava ligada à cidade. Sendo assim, para Aristóteles a economia estava atrelada à casa privada e hierárquica já que o universo público estava ligado à ordem moral da cidade e às suas mais variadas forças políticas.

A economia grega aponta para o sentido estrito de gestão da casa patriarcal. Na visão de mundo dos gregos a casa em sua privacidade econômica não faz referência a qualquer sentido meramente monetário. Agamben argumenta que a casa dos gregos é um arranjo social complexo onde se dá a imbricação de uma série de relações distintas, sendo isto algo que para Aristóteles se espraia em três posturas: (i) relações despóticas entre senhores e escravos; (ii) relações paternas entre pais e filhos; (iii) relações gâmicas entre marido e mulher. Todavia, o que sustenta a unidade destas relações econômicas é o modelo de gestão que não tem sua ligação com o fator epistêmico. Aqui se trata de uma atividade que não se encontra jungida a um sistema normativo legal e muito menos funda uma ciência no sentido mais original do termo. Agamben observa que para Aristóteles o

chefe de família não se ergue como um conceito elaborado teoricamente, porém se constitui como um determinado modo de ser que implica decisões que enfrentam problemas específicos, que dizem respeito à ordem funcional (*taxis*) das diferentes partes da casa (*oikos*)" (AGAMBEN, 2011, p. 31). Então, tanto os gregos com a sua noção de déspota que controlava a casa, como o mundo romano onde se tem o começo do declínio da força de gestão do pai de família na regência despótica da casa privada, acabam sendo abalados em sua visão de mundo devido ao estímulo de ampla produção de leis que agora visavam proteger os cidadãos do império com a sua gestão societal.

Na esfera pública dos antigos temos uma gama ampla de relações intersubjetivas entre os cidadãos, sendo que cada uma destas pessoas era soberana em relação a sua casa privada. Ademais, o que se depreende disto é o fato de o político ser localizado no campo da pluralidade pública. A economia de uma forma distinta se relacionava à vida domesticada. Temos ainda outro aspecto importante que é o de se identificar na política vários elementos de ordem religiosa. O que evidenciava isto era a aura de sacralidade que envolvia os ofícios públicos, ou seja, existia uma religião tacitamente praticada nas liturgias cívicas do império. Existiam deuses privados e públicos que eram cultuados dentro das casas, pois estes não eram alvo de barganha. A cidade na Grécia antiga presenciou também uma variedade de espiritualidades paralelas a estatal, isto é, "em muitos círculos temos o desenvolvimento das religiões de mistério" (REALE; ANTISERI, 1990, p. 16). No caso do Império Romano o que prevaleceu como contraponto foi o cristianismo nascente. Em ambos os modelos o que percebemos é o fato de que acontece um amplo rechaço dos modelos estatais de espiritualidade religiosa, sendo isto devido às posturas profanas que se confundiam com a política. O cristianismo tinha feito a promessa de um reino metafísico (messiânico), logo esta postura religiosa acabou sendo alvo de perseguição pelo fato de não se curvar diante da divindade do imperador César Augusto.

Para Agamben, o evento de surgimento da comunidade messiânica gerou um grande número de inovações nas concepções referentes à natureza do mundo e ao poder condizente com as particularidades que envolvem "a noção de economia e o seu vocabulário doméstico" (CASTRO, 2012, p. 112). Com a gênese do cristianismo o significado da terminologia que era dado à economia é transmutado para dentro do campo de sentido teológico. Temos na teologia paulina exatamente esta percepção, pois o apóstolo dos gentios entende que a evangelização

na vida dela não motiva as pessoas a vangloriar-se, porém faz-se presente como uma necessidade que deve ser realizada de uma forma imperativa, ou seja, esta é uma tarefa missionária que lhe foi dada como uma espécie de ofício administrativo que precisa ser levado em frente como uma forma-de-vida messiânica livre (1Cor 9.16-18). Assim, não basta apenas pensar em termos de uma economia monetária, contudo tem de se considerar a vida na comunidade messiânica que também a partir da ótica da vida doméstica tem como orientador central da casa doméstica o Cristo cuidador, que não se resume em um senhor meramente político. Para Agamben, a comunidade messiânica foi alvo de uma apresentação desde os seus primórdios calcada em uma noção de economia que foi deixando de lado o seu teor político. Logo, tal situação "é um fato cujas implicações para a história da política ocidental ainda restam a ser discutidas" (AGAMBEN, 2011, p. 39). Podemos afirmar que Agamben faz um esforço investigativo de interpretação do sentido político e das implicações éticas que a economia sofreu, em seu longo périplo de deslocamentos teológicos para a imanência da esfera política que perpassa a era da Idade Média e a era da Idade Moderna.

Levando a sério tal deslocamento teológico-político examinado por Agamben, observamos que existe uma defesa interna em seu projeto de que mesmo diante da força da ilustração, que deu origem à organização da ordem social do Estado liberal democrático de direito, sendo este Estado uma instituição que tem a sua inspiração longínqua na arena pública política da cidade grega, e que não tem a sua referência no modelo divino e absolutista das monarquias medievais. A suspeita agambeniana é a de que a força que liga o modelo hierárquico medieval ao modo operativo burocrático e hierárquico do Estado moderno redunda na compreensão de que o Estado é a instância máxima quando se pensa em política. De modo que este "Estado moderno, com sua grande capacidade de organizar homens e reunir recursos, continua exercendo nos séculos da história a mesma atração que fascinara Voltaire e a maior parte dos escritores políticos das Luzes" (LOPES, 1997, p. 9). Sendo assim, podemos concluir que a teoria política dos modernos concentra suas forças no unitarismo soberano do Estado, sendo isto algo que rechaça a possibilidade de se trabalhar com a noção de pluralismo político. Uma situação que serve de paradigma para ilustrar tal problemática é a teoria de Weber que entende que o Estado detém o monopólio de uso legal da violência e da força nas ações de suas instituições de uma forma legitimamente amparada nos moldes jurídicos.

Além disso, a partir do momento em que os partidos políticos disputam no pleito o poder de gestão dos bens públicos, o que os mesmos desejam é a legalidade da administração e governo que se dá pela via do poder estatal e de sua soberania imponderável, pois a justificação acontece com a noção de que estas vias de governamentalidade são justas e estão a serviço da realização da ação da economia, isto é, o que se pretende com isto é a gerência interna das formas-de-vida e dos bens que devem estar sob o seu comando soberano. Agamben indica que este paradigma governamental imanente às democracias "não se encontra escrito no grego de Tucídides, mas no árido latim dos tratados medievais e barrocos sobre o governo divino do mundo" (AGAMBEN, 2011, p. 11). Então, a tese de Agamben é controversa e de certa forma curiosa, pois o filósofo italiano afirma que o núcleo da máquina governamental está posto em um estado de coisas opaco. Algumas ponderações são feitas por Agamben no sentido de frisar que a comunidade cristã acabou assumindo uma forma de economia doméstica e não uma forma de política pública. Para Agamben, o que aconteceu com a noção de economia foi um deslocamento do plano teológico para o espaço do político, conforme a comunidade messiânica foi assumindo uma posição negativa e de rechaço com o entrecruzamento entre os poderes seculares. Enfim, segundo Castro (2011) no texto *O reino e a glória* temos uma genealogia do liberalismo que tenta reconstruir as premissas formais da teologia econômica por meio dos tratados do dogma da Trindade, da providência e dos que versam sobre a angelologia, sendo algo que vai desembocar no expediente teórico do liberalismo econômico moderno.

3. A economia teológica e a máquina de governo providencialista

Aprofundando o problema, Agamben aponta que o significado da palavra economia está posto na noção de administração da casa; aqui reside a acuidade de sua genealogia desde o ambiente greco-romano e cristão. Assim, quando pensamos na obra aristotélica ou atribuída à figura de Aristóteles que versa sobre o tema da economia, podemos realizar a leitura de que a habilidade administrativa da casa é diferente da habilidade de gestão política da cidade, assim temos a diferença clássica entre a economia da casa e a da cidade grega. Tal diferença tem a sua prova cabal no texto da *Política*, onde o político e o rei que são partes constitutivas da cidade surgem emblematicamente em termos

de qualidade como que em contraposição ao administrador e ao senhor, que fazem referência ao âmbito da casa e da família. Xenofonte ressalta que diante do antagonismo entre a casa e a cidade o acento deve ser colocado em termos de atenção no fato relevante da questão que se mostra com mais evidência na práxis do trabalho econômico como a boa gestão das vidas que habitam na casa.

Cabe o destaque de Agamben (2011) de que a casa não é a casa unifamiliar dos modernos e muito menos a família estendida dos contemporâneos, porém um organismo complexo no qual se confundem as relações entre as diferenças, as quais Aristóteles faz a seguinte diferenciação em três grupos: (i) as relações despóticas entre senhores e escravos onde se tem o hábito de incluir a gestão de um estabelecimento agrícola de dimensões alargadas; (ii) as relações paternas entre pais e filhos; e (iii) as relações entre esposo e esposa. O fator que conjuga estas relações econômicas dentre as quais Aristóteles estabelece estas supracitadas distinções se constitui como um marco que, segundo Agamben, tem um cunho gerencial e não epistêmico. Isto quer dizer que se trata de uma prática que não se encontra atrelada a um sistema de leis e muito menos se estabelece como uma ciência em sentido próprio, pois o termo chefe de família, segundo Aristóteles, não indica uma espécie de ciência, porém um determinado modo de ser.

Contudo, isto envolve decisões que encaram problemas continuamente precisos e que se referem à regularidade funcional das mais diferentes partes da casa. Agamben (2011) entende que Xenofonte escreve sobre esta natureza gerencial da economia a qual ele considera a partir da perspectiva daquilo que não tem ligação apenas com a necessidade e o uso dos objetos; no entanto, tem a sua disposição direcionada à vida e é nesta direção que a casa é considerada, num primeiro momento, como um exército e, posteriormente, como um barco. A concepção de Xenofonte sobre a gestão ordenada é a do controle das vidas. Assim, a economia nesta acepção é uma organização funcional e uma prática de gestão vital que não se atrela senão às normas de operação bem ordenada da casa. O paradigma gerencial é quem revela o campo semântico da terminologia economia e acaba determinando o seu progressivo alcance analógico para além das fronteiras originais. Na perspectiva filosófica dos estoicos, o que se tem a partir deste momento é um esforço de se demonstrar a ideia de uma força que direciona e governa tudo desde o seu interior. Os estoicos usam uma metáfora econômica para dar conta desta questão econômica. Isto faz sentido de uma forma abrangente nos atos de governar e ocupar-se de algo,

pois ainda temos a noção de suprir e nutrir as necessidades da vida em termos gerenciais. Esta compreensão se expande para a visão teológica dos *Atos* de Tomás num sentido do como se deve governar as bestas.

Em Marco Aurélio o termo da gestão da vida surge com muito mais nitidez no seu sentido administrativo. Fundamentalmente o termo da economia aponta para uma práxis e não segue a direção de ser uma espécie de saber epistemológico que essencialmente possa aparentar ser apenas o bom governo, devendo ser julgado no contexto das finalidades que o mesmo quer alcançar em termos de eficácia. O problema concentra-se de forma especial na utilização técnica do termo economia dentro do espaço retórico que é empregado para designar a disposição ordenada do material de uma oração ou de um tratado. A economia ultrapassa a simples noção de disposição, pois requer para além da ordem dos temas uma escolha e análise dos argumentos. Agamben (2011) argumenta que a experiência de invenção da forma de ordenar os fatos e sua economia não dependem de qualquer tipo de passagem semântica, porém emerge paulatinamente no todo da obra de gestão da vida. Na argumentação genealógica de Agamben (2011), elucida-se que mesmo que o termo economia tenha sofrido uma progressiva extensão analógica do espaço semântico do termo, aquela noção de sentido doméstica que está presente em sua essência nunca foi deixada de lado e se dirigiu para o campo de esquecimento. O filósofo italiano nos oferece o exemplo de um dos ditos de Diodoro Sículo, onde o mesmo centro semântico se revela tanto na concepção doméstica como na retórica.

Contando com a perspectiva de sentido advinda do período cristão, a terminologia economia vai ser transladada para o ambiente da teologia e, conforme a ideia geral, acabou recebendo o significado de plano divino salvífico que dá o seu destaque principal para a encarnação de Cristo. Agamben (2011) chama a atenção de que ainda se torna necessária a investigação mais acurada desde as bases lexicais desta questão. Apesar de a tese sobre um sentido teológico do termo economia ser de maneira geral aceita como verdadeira, se faz necessário empreender uma rigorosa análise sobre o sentido germinal desta terminologia. A necessidade de compreensão da historicidade semântica da terminologia economia requer que desde o ângulo linguístico seja considerado que tudo aquilo com que nos deparamos não significa um tipo de mudança no sentido desta palavra, porém acontece uma progressiva extensibilidade analógica de sua sinalização de sentido. Por esta razão, não importa se os dicionários venham distinguir e enumerar os

diferentes sentidos do termo um após o outro. Para os linguistas, o cerne do termo continua com os seus limites até certo momento ileso, sendo exatamente este estado estático que possibilita a sua extensão até os novos sentidos em termos de diferenças. Agamben (2011) chama a atenção de que na verdade não existe um sentido teológico do termo, o que ocorreu foi uma transferência de seu sentido para o ambiente teológico, que paulatinamente vai se dando conta de que há um novo sentido. Não existe um sentido teológico pressuposto do termo economia, o que surge, então, na perspectiva da reflexão filosófica agambeniana, é a tarefa de verificação deste sentido. Os termos casa e cidade no pensamento platônico não sustentam uma tensão oposicionalística como é o caso do pensamento aristotélico. A concepção de cidade no pensamento de Aristóteles é a de crítica ao seu mestre Platão, pois a noção de cidade platônica foi sustentada como uma espécie unitária de cidade, pois é aqui que residiria o risco de transformar a casa em uma cidade, algo que não fica deixado de lado pela crítica aristotélica.

Tem sido comum o ato de reconhecimento de que foi Paulo o primeiro a dar ao termo economia um sentido teológico. Porém, Agamben (2011) nos diz que se fizermos algumas leituras cautelosas das perícopes paulinas não aceitaremos tal hipótese. Agamben analisa algumas perícopes, tais como 1Co 9.16-17; 1Tm 1.3-4. Logo, a economia foi uma missão confiada a Paulo da parte de Deus, esta é uma atividade e um dever que não tem ligação nenhuma com uma espécie de plano salvífico que faz alguma referência à mente ou à volição divina. Não existe uma mudança de significado, mesmo naquelas perícopes onde há a aproximação dos termos economia e mistério. Todavia, onde os hermeneutas entendem que exista um suposto sentido teológico, Agamben discorda e reafirma a noção de que Paulo recebeu apenas um encargo fiduciário para anunciar a vinda do messias e que não existe a possibilidade gramatical de vinculação entre economia e mistério. A criteriosa análise lexicográfica das perícopes paulinas realizada pelo filósofo italiano nos leva a entender que a partir deste exame criterioso não é possível delegar à economia um sentido imediatamente teológico. Logo, Agamben (2011) assevera que a comunidade messiânica foi representada desde a sua fundação no sentido de uma comunidade econômica e não nos termos de um grupo político. Aqui reside o fato no qual se comprometem os rumos da história política do mundo ocidental e que ainda precisa ser discutida. O exame textual que Agamben realiza sobre as vezes em que o termo economia aparece terá o seu limite, fundamentalmente, nos

séculos II e III, pois é nestes séculos que esta ideia recebe a sua forma mais originária.

Aqueles desdobramentos posteriores presentes na teologia dos capadócios e nos teólogos bizantinos terão o seu tratamento detalhado no terceiro capítulo de *O reino e a glória*. Agamben observa que é relevante realizar a análise de que Inácio faz uma distinção entre economia e mistério ou os mistérios clamorosos que são condizentes com a virgindade de Maria, seu parto e a morte do Senhor, que aconteceram e foram revelados conforme a ideia da economia salvífica. Isto quer dizer que na teologia de Paulo existe uma economia do mistério e não um mistério da economia. Já em Hipólito e Tertuliano as coisas se invertem e há um mistério da economia. Mesmo que o termo ainda não seja utilizado de forma específica na teologia cristã primitiva, é importante ressaltar que com Taciano a intencionalidade de expressar a relação entre o Pai e seu Logos captura a extensão metafórica já existente do termo economia no espaço da retórica. Da mesma forma em Agamben (2011), vemos que a disposição ordenada da matéria de um discurso em múltiplas partes não prejudica a sua unicidade e muito menos diminui a sua potência; da mesma forma o "*Logos*" divino recebe a distinção em relação à economia. A primeira organização da processão trinitária dá-se por meio de um paradigma econômico-retórico.

O termo economia ganha um teor mais técnico no pensamento dos padres primitivos em relação ao seu uso tenso encontrado na reflexão dos gnósticos. Agamben (2011) considera complicado que se defina o seu significado deixando de lado o exame que tais autores realizaram do termo. A terminologia da economia recebe a nota consensual dos estudiosos no que diz respeito a sua pertença ao vocabulário tanto estoico como católico romano. Desde a perspectiva lexical é importante notar que Irineu utilizou muitas vezes o termo πραγματεία como sinônimo de economia. Tal situação confirma que a economia conserva o seu sentido genérico de práxis, atividade de gestão e execução. A noção vigente de economia é aquela de gestor estratégico que, anteriormente à elaboração de um tipo de vocabulário filosófico adequado, passou a ocorrer apenas no desdobramento dos séculos IV e V e oportunizou uma conciliação temporária entre a Trindade e a ideia da unidade divina. Logo, a primeira questão trinitária que será articulada segue na direção de termos econômicos, e não de postulados metafísico-teológicos. Por esta razão, desde que a dogmática niceno-constantinopolitana obtém a sua forma final, a economia some paulatinamente do vocabulário

trinitário para se manter a salvo apenas na dimensão da história da salvação. A economia está presente na doutrina estoica dos modos de ser e, nesta configuração, esta pode ser encarada como uma espécie de pragmática. Hipólito faz uma nova leitura da economia, pois ele inverte a fórmula paulina da economia do mistério em mistério da economia. Com o movimento de desdobramento posterior do significado da economia em disposição ordenada, a mesma é entendida como atividade de forma misteriosa, pois se articula em uma Trindade e simultaneamente mantém e harmoniza-se em uma unidade no ser divino.

Agamben (2011) sinaliza que o essencial é que Tertuliano compreende a economia não como heterogeneidade substancial, mas como articulação em determinados momentos numa direção de ser uma espécie de predicado administrativo-gerencial e em outras ocasiões como pragmática-retórica de uma única realidade. A heterogeneidade não tem nada que ver com a perspectiva do ser e da ontologia, porém com o agir e a práxis. Conforme esta argumentação, tal paradigma deixará marcas profundas na teologia cristã, pois a Trindade não se constitui como uma articulação do ser divino, mas com a sua práxis no mundo. A atenção de Agamben concentra-se na ponderação sobre o elemento do sentido estratégico do paradigma da economia que remete a sua natureza primordial de sentido na direção de ser administração da casa. O problema da definição do conceito jurídico-político de administração sempre contou com uma extensa aporia para os estudiosos do direito e da política, que situaram sua origem no direito canônico no período que comporta os séculos XII e XIV. Isto acontece a partir do momento em que a terminologia "*administratio*" vai se aproximando de "*iurisdictio*" na terminologia canonista. A reflexão de Tertuliano é importante neste sentido pelo fato de carregar consigo uma espécie de paradigma teológico da administração encontrando o seu modelo padrão nas hierarquias angelicais. A história do cristianismo funda a perspectiva que vai desembocar num sentido contrário ao do destino pagão como uma espécie de práxis livre.

Esta liberdade, conforme vai realizando o desígnio divino, acaba se mostrando como um tipo de mistério, a saber, o mistério da liberdade que não é senão o lado oposto do mistério da economia. Agamben (2011) argumenta que o liame que a teologia cristã estabelece entre a economia e a história é decisivo para a busca de compreensão da filosofia da história no mundo ocidental. De modo particular a noção de história presente no idealismo alemão, desde Hegel até Schelling e ainda esbarrando em Feuerbach se constitui como a tentativa de pensar a ligação econômica entre

o processo de revelação divina e a história. Tal perspectiva ergue-se, assim, como um tipo de elemento inusitado que à esquerda hegeliana diverge e faz o ato de ruptura com esta concepção teológica. A esquerda hegeliana só pode fazer isto sob a condição de botar no núcleo do processo histórico a economia num sentido moderno; isto significa que aconteceu o ato de autoprodução histórica do ser humano. Esta substituiu, neste sentido, a economia divina por uma economia puramente humana. O nexo tênue que existe entre a economia e a providência é muito importante no processo de compreensão da novidade que a teologia cristã trouxe diante da mitologia e da teologia pagã. A teologia cristã não se constitui como um relato sobre os deuses, pois é imediatamente economia e providência, isto é, uma atividade de autorrevelação, governo e cuidado da vida e das coisas do mundo. A divindade articula-se em uma Trindade, porém esta não é definida como uma teogonia e muito menos como mitologia, o que ocorre é que esta é uma economia que simultaneamente está em articulação e administração da parte da vida divina no governo de suas criaturas.

Agamben insiste que é exatamente a conjunção entre a economia e a providência que revela aquilo que em Clemente aparece no termo economia, pois não tem condições de significar o plano divino. Apenas a partir do momento em que Hipólito e Tertuliano invertem a expressão paulina economia do mistério e Clemente faz a junção entre economia e providência é que os sentidos dos dois termos começarão a indeterminar-se ou, numa expressão explicitamente agambeniana, entrar numa zona de indiscernibilidade. Para Castro (2012), a ideia de que haja um vocábulo que designe a atividade soteriológica de governo do mundo onde se assuma o sentido de exceção, revela em que medida as relações entre economia e lei são complexas. De igual modo ainda nos dois sentidos do termo, como no que ocorreu na igreja latina no caso dos dois significados de "*dispensatio*", que no começo se traduz como economia e depois acaba ganhando de uma maneira paulatinamente consistente o sentido de dispensa; assim, mesmo que haja um aparente afastamento, os mesmos têm certa coerência. Os paradigmas do governo e do estado de exceção refletem a ideia de uma economia que é a prática de gestão que governa o curso das coisas na captura da vida. Sendo assim, ocorre o acomodamento em determinado momento num sentido íntimo ligado à questão soteriológica da natureza da situação concreta que está inclinada à mediação de forças gestoras das coisas e da vida.

Os dois possíveis significados do termo economia, ou seja, o que se dirige à organização interna da vida di-

vina e o que tem ligação com a história da salvação, não entram em contradição, pois se mostram como correlatos e ainda se tornam completamente inteligíveis em sua forma de relação funcional. Ambos se erguem como dois lados da mesma questão referentes à economia divina onde a ontologia e a pragmática, ou seja, a articulação trinitária e o governo do mundo levam um ao outro para a solução de suas aporias. Entrementes, é importante frisar que a primeira articulação daquilo que se constituirá como o dogma da Trindade se apresenta num primeiro momento não em termos ontológicos e metafísicos, e ainda, como um dispositivo econômico e uma atividade de governo simultaneamente doméstico e mundano da monarquia divina. Somente num período posterior, a partir do momento em que seja com maior ou menor razão, passa-se a pensar que tais problemas acabaram sendo resolvidos pelo dogmatismo pós-nicênico, e é aí que a teologia e a economia se divorciarão e o termo deixará de fazer menção à organização da vida divina com o intuito de especializar-se no significado de história da salvação. Contudo, neste aspecto nunca se dividirão totalmente e seguirão agindo até o seu ocaso em unidade funcional de gestão.

Para Agamben (2011) a forma explicativa dos problemas levantados é realizada por meio de uma digressão nas ponderações foucaultianas presentes no texto *Segurança, território e população*, onde ele traça uma genealogia da governamentalidade moderna. Foucault (2008) sinaliza que a gênese das técnicas governamentais no pastorado cristão estabelece a ação da igreja até o século XVIII, pois aí acontece a transformação para o modelo ou matriz do governo político no Ocidente. Uma das peculiaridades fundamentais do pastorado é a intenção factual de se dirigir tanto os indivíduos como a totalidade das coisas, pois a função do pastorado é a de cuidar da vida dos seres humanos em sua totalidade e de igual modo num formato singularmente individualizante. É a esta dúplice articulação que chega até o âmbito do governo estatal moderno, que, por assim dizer, é individualizante e totalizador. Mais um aspecto importante que o pastorado e o governo dos seres humanos têm em comum, na perspectiva de Foucault, é a noção de que existe uma economia ou uma gestão organizada da vida familiar dos indivíduos, das coisas e das riquezas. O pastorado se mostra como um tipo de governo das almas, mas, com a introdução da economia na práxis política, isso vai se deslocando. Isto denota que esta ação que tem a sua finalidade substancial na linha do governo da vida de uma maneira biopolítica ganha outros aspectos gestacionais. Neste sentido, o governo é aquela habilidade

de exercício do poder na configuração de uma economia. Tanto o pastorado eclesial como o governo político estatal estão localizados no interior do paradigma substancialmente econômico.

Na linha da argumentação de Blencowe (2010) é reconhecidamente legítima e pertinente a crítica tópica e histórica que Agamben faz a Foucault em termos de metodologia de pesquisa no que tange à empreitada de sua genealogia da governamentalidade. Inclusive compromete as pesquisas de Senellart sobre as artes de governar. Pois a noção moderna de governo não concede continuidade histórica ao regime ou regra medieval que demonstra, de certa forma, uma espécie de seguimento que está fora de utilização na história do pensamento ocidental, mas a história do resto bem mais ampla e articulada da tratadística providencial, que desta maneira tem a sua gênese na economia trinitária. Para Agamben (2011), no debate sobre a providência o que está em disputa de fato não é a questão da liberdade humana diante da possibilidade do governo divino do mundo. Se reino e governo estão divorciados em Deus por um antagonismo taxativo, logo nenhum governo do mundo se faz possível, o que realmente temos é que de um lado a soberania se mostra como algo impotente e de outro lado temos uma série infinita e caótica de ações violentas de providência particular. O filósofo italiano assevera que o governo só é viável se o reino e o governo forem correlatos numa máquina bipolar. Isto significa que temos o resultado específico de uma coordenação e articulação da providência geral com a providência especial em termos de governo.

A providência tem uma dupla articulação e na teologia cristã ela ganha a dupla noção de providência geral e especial. Ainda temos a ideia de providência por si mesma e por acidente. Entretanto, para Agamben (2011), o que é definitivo em Alexandre de Afrodísia encontra-se na maneira pela qual ele reflete um terceiro modelo intermediário de pensar tal questão que neutraliza tais posições e consegue erguer o verdadeiro paradigma providencial. O argumento agambeniano a que devemos nos deter aqui para melhor compreender a problemática é o de que nesta natureza particular intermediária e involuntária, não acidental da ação providencial no pensamento de Alexandre de Afrodísia perpassa a possibilidade de encontrar um termo intermediário entre o por si e o por acidente. Sendo assim, este dispositivo sumiria com a alternativa que torna ininteligível a ação providencial. Esta noção não assumiu como fim de suas atividades o favorecimento do ser que a provê e muito menos que a considera como acidental. A peculiaridade da ação providencial conforme Alexandre de Afrodísia, sendo este o seu interesse par-

ticular, não é o por si e muito menos o por acidente, nem o primário nem o colateral, mas aquele que pode ser definido como efeito colateral calculado. A racionalidade que governa a era moderna prolifera justamente o modelo e estrutura da providência. Todos os atos de governo seguem na direção de um objetivo primário, porém exatamente por esta razão pode implicar efeitos colaterais previstos ou imprevistos nos seus detalhes. O cálculo dos efeitos colaterais que até podem ser consideráveis como no caso de uma guerra, implica a morte de seres humanos e a destruição de cidades. O que se segue neste sentido como parte integrante da lógica do governo é a noção de providência e destino. Temos o caso de Plutarco, que simultaneamente estabelece aspectos distintos e intimamente entrelaçados sobre tal problema. Se no caso da primeira providência temos a correspondência ao âmbito do primário e do universal, podemos pensar que o destino está contido na providência e é, em parte, idêntico a ela.

No caso da segunda questão, temos a correspondência na direção do plano dos efeitos particulares que dela derivam. Mesmo que a ideia de um governo divino ainda não seja enunciada como tal, a cisão do ser em dois planos distintos e coordenados é a condição para que a teologia cristã tenha condições de construir a sua máquina governamental. A ação de governo é, simultaneamente, providência, que pensa e ordena o bem de todos e o destino que partilha o bem a todos os indivíduos, compromissando-os nas malhas das causas e dos efeitos. Neste sentido, Silva (2011) pondera que em um certo plano é o destino dos indivíduos que aparece como algo incompreensível e injusto, pois recebe em outro momento a sua inteligibilidade e justificação. O funcionamento da máquina governamental justifica e funda o governo do destino e este garante e torna eficaz a ordem que esta máquina da providência estabeleceu. O sentido da fratura constitutiva da ordem e seu nexo com o sistema bipartido de reino e governo, ontologia e economia inicia nessa fase a sua forte e nítida ação. O reino se refere à ordem para Deus e a relação das criaturas com a causa primeira. Nesse âmbito Deus é impotente, ele não pode agir senão na medida em que sua ação já sempre coincide com a natureza das coisas.

O governo aqui se refere à ordem recíproca e à relação das coisas entre si. Nesta esfera, Deus tem condições de intervir suprimindo, substituindo ou estendendo a ação das causas segundas. As duas ordens são funcionalmente interconectadas, na mesma direção em que é a relação ontológica de Deus com as suas criaturas onde ele é simultaneamente e totalmente íntimo, e assaz totalmente impotente, pois funda e afirma a relação prática de governo com elas,

em cujo interior seus poderes são limitados. Na fratura entre ser e práxis que a economia introduz em Deus, temos uma ação que de certa forma opera como uma "máquina de governo que opera a sutil relação entre a própria providência e o destino" (AGAMBEN, 2011, p. 145-146). Tentemos agora, em síntese, analisar a curiosa relação que na máquina governamental está ligada à providência e ao destino. Embora claramente distintos, são, contudo, apenas os dois aspectos de uma única ação divina, o "*duplex modus*" de uma única atividade de governo do mundo que, com uma ambiguidade terminológica consciente, apresenta-se ora como providência, ora como destino, ora como inteligência, ora como "*dispositio*", ora transcendente, ora imanente, ora contraída na mente divina, ora exposta no tempo e no espaço. A atividade de governo é, ao mesmo tempo, providência, que pensa e ordena o bem de todos, e o seu destino, que distribui o bem aos indivíduos compromissando-os na cadeia das causas e dos efeitos. Dessa maneira, aquilo que em um plano envolve o destino e os indivíduos aparece como incompreensível e injusto e recebe em outro sua inteligibilidade e justificação numa orientação econômica. A máquina do providencialismo de gestão funciona, assim, como uma incessante teodiceia, em que o reino da providência legitima e funda o governo do destino e este garante e torna eficaz a ordem que a primeira estabeleceu economicamente.

Enfim, vemos, assim, que na genealogia econômico-teológica existe uma distinção conceitual no que tange a um poder de ordenamento geral e um poder executivo que aparece no âmbito teológico antes do que no político. A moderna doutrina da divisão dos poderes acha nesta articulação da máquina governamental de providência o seu paradigma. O governo divino dos humanos tem dois momentos pertinentes: (i) o da natureza; (ii) o da graça. Não compreenderemos a maneira como funciona a máquina governamental de providência se não compreendermos que a relação entre o reino e o governo é fundamentalmente vicária. A vicariedade levanta a questão da substituição de uma ontologia clássica por um paradigma econômico, onde nenhuma figura do ser está na posição originária em si. O que esta condição mais originária demonstra é que a própria relação imanente da vida trinitária da figura de suas pessoas que são distintas faz as vezes ativas uma da outra na gestão providente. O mistério do ser e da divindade coincide sem resquícios com seu mistério econômico. Não existe uma substância do poder, mas só o governo paradigmático da economia sobre as coisas e as vidas.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória:* uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, *II, 2.* Tradução Selvino Jose Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Tradução: Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BLENCOWE, Claire. Uma "visão de dentro" sobre a biopolítica em Foucault e Agamben. *Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 16, n.1, p. 59-86, 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/134/95>. Acesso em: 31 mar. 2017.

Bíblia TEB: com o Antigo e o Novo Testamento traduzidos dos textos originais hebraico e grego com introduções, notas essenciais e glossário. Nova edição revista e corrigida. São Paulo, SP: Paulinas, Loyola, 1995.

BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia aristotélica*: leitura e interpretação do pensamento aristotélico. Barueri, SP: Manole, 2003.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência.* Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. São Paulo: Autêntica, 2012.

_____. *O poder e a vida nua: uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben*. In: NEUTZLING, Inácio; BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M.M. (Orgs.). O (des)governo biopolítico da vida humana. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil: uma perspectiva histórica.* Coimbra: Almedina, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população:* curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KALBERG, Stephen. *Max Weber:* uma introdução. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LOPES, Marcos Antônio. *O político na modernidade:* moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica (1640-1700). São Paulo, SP: Loyola, 1997.

PASSOS, J. Décio. *Teologia e outros saberes:* uma introdução ao pensamento teológico. São Paulo: Paulinas, 2010.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*: Antiguidade e Idade Média. (Vol.1). Tradução José Bortolini. São Paulo: PAULUS, 1990.

SILVA, Antonio Leandro da. *Indivíduos sem religião*: Desencantamento Metafísico do Mundo. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

SILVA, Antonio Ozaí da. Teologia Política do Poder. *Revista Espaço Acadêmico, Maringá*, n. 125, p. 148-150, out. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14985/7995>. Acesso em: 31 mar. 2017.

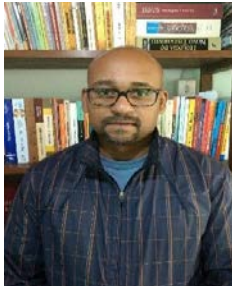
Cadernos Teologia Pública

N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ*
N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
N. 7 *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos "cristãos anônimos" às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier

N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
N. 50 *"Ite, missa est!": A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudo, SJ
N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elizabeth A. Johnson
N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio "Summorum Pontificum"* – Andrea Grillo
N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedadepós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight

N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma "gramática gerativa" das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em* House*: "creia no que quiser, mas não seja idiota"* – Renato Ferreira Machado
N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O'Malley
N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
N. 92 *A revelação da "morte de Deus" e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O'Malley
N. 95 *"Gaudium et Spes" 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral* Gaudium et spes*: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais* – Christoph Theobald
N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
N. 98 *O Concílio Vaticano II e o* aggiornamento *da Igreja – No centro da experiência:a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição* Gaudium et Spes – Geraldo Luiz De Mori
N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
N. 102 *A Constituição Dogmática* Dei Verbum *e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
N. 104 *A exortação apostólica* Evangelii Gaudium: *Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
N. 110 *A Encíclica Laudato Si' e os animais* - Gilmar Zampieri
N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de* Dignitatis Humanae *e* Amoris Laetitia – Andrea Grillo
N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
N. 114 Laudato Si', *o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
N. 116 *A Igreja em um contexto de "Reforma digital": rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto
N. 117 Laudato Si' *e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?* – Gaël Giraud e Philippe Orliange
N. 118 *Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas* – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
N. 119 *A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica* – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
N. 120 *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política* – Amos Yong
N. 121 *Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída* – Tea Frigerio
N. 122 *Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental* – Colby Dickinson
N. 123 *A sensibilidade religiosa de Thoreau* – Edward F. Mooney
N. 124 *Diáconas na Igreja Maronita* – Phyllis Zagano
N. 125 *Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben* – Claudio de Oliveira Ribeiro
N. 126 *Teologalidade das resistências e lutas populares* – Francisco de Aquino Júnior
N. 127 *A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão* – Colby Dickinson
N. 128 *O Princípio Pluralista* – Claudio de Oliveira Ribeiro
N. 129 *Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética* – Ivone Gebara



Joel Francisco Decothé Junior. Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Possui graduação em Teologia pela Faculdade EST (2014), graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014) e mestrado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Social e Política, Ética, Filosofia do Brasil, Filosofia da Religião e Teologia a partir da América Latina.

Algumas obras do autor

DECOTHÉ JUNIOR, Joel Francisco. No limiar entre a filosofia e a teologia: uma aproximação a genealogia teológica de Giorgio Agamben. *Síntese- Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v.44,138, p.95-112,2017

_____ Epistemologia religiosa e formas de discursividades sobrepostas: uma análise desde a política da secularização de Charles Taylor. *PRINCÍPIOS*, Natal (RN), V.24,44, p.151-184,2017

_____ O debate sobre o poder da religião na esfera pública democrática articulado entre Habermas e Taylor. *Revista seara Filosófica*, Pelotas (RS), v.14, p.162-186,2017

Outras contribuições

DECOTHÉ JUNIOR, Joel Francisco. *Reino e governo em sua maquinaria econômica de bipolaridade biopolítica.* In: XVII Simpósio internacional IHU saberes e práticas na constituição dos sujeitos na contemporaneidade, 2016, São Leopoldo. São Leopoldo: *Casa Leiria*, 2016. p. 225-234.

MISTO
Papel
FSC® C106610